

RESENHAS

De La Torre, R., & Semán, P. (eds.). (2021). *Religiones y espacios públicos en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados. 677p.

OLÍVIA BANDEIRA

Laboratório de Antropologia da Religião (LAR) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas/SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9370-3837>
oliviabandeira@gmail.com

O paradigma da secularização, que construiu modelos teórico-metodológicos para a análise da religião na sociedade a partir da ideia de um declínio do religioso na vida pública com a modernização das sociedades, vem sendo questionado há algumas décadas por autores como Danièle Hervieu-Léger, José Casanova e Talal Asad. Como mostra o livro *Religiones y espacios públicos en América Latina*, organizado pelos antropólogos Renée de la Torre e Pablo Semán, a região tem tido um papel importante nesse questionamento, tanto como realidade empírica a ser observada – com suas “múltiplas modernidades” (:20) que diferenciam sua experiência religiosa da tendência à privatização do religioso que se viu na Europa central no século XX – como em sua produção acadêmica.

A obra é reflexo dessa contribuição desde a América Latina para os debates sobre as religiões nos espaços públicos e discute conceitos e paradigmas-chave, como secularização, laicidade, pluralismo religioso e diversidade religiosa. Desdobramento de um encontro que aconteceu em 2019, com apoio do Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (Calas, com sede em Guadalajara, no México), e publicada em parceria com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), reúne um número e uma diversidade significativa de contribuições sobretudo da antropologia, mas também da sociologia, das ciências da religião e da história, abrindo caminhos para diálogos interdisciplinares.

A busca por essa abrangência se reflete na estrutura do livro, que é dividido em seis partes. A primeira mostra a emergência da visibilidade da diversidade religiosa a partir de um conjunto heterogêneo de situações, como os impactos na política e no espaço escolar do crescimento de outras religiões no México, país majoritariamente católico, e as disputas pela definição de laicidade com o crescimento numérico de evangélicos-cristãos e de sua participação política na Costa Rica. A parte dois enfoca a atuação religiosa de agentes cristãos – evangélicos e católicos – como recurso de poder na Argentina, no Brasil e em outros países. Na terceira parte, são apresentadas atuações de grupos religiosos cristãos identificados como “progressistas” ou “de esquerda/centro-esquerda”. A quarta parte discute alianças

conservadoras que aglutinam católicos, evangélicos e outros grupos sociais em torno do combate ao que tem sido chamado de “ideologia de gênero”. Já a quinta e a sexta se concentram, respectivamente, nas espiritualidades agrupadas sob o termo “Nova Era” e nas religiosidades indígenas.

A amplitude e a riqueza de perspectivas permitiriam diferentes abordagens, mas destaco o que considero ser as principais contribuições para a agenda de pesquisa em antropologia da religião na América Latina. Em primeiro lugar, o livro permite observar aproximações e peculiaridades da atuação pública das religiões em diferentes contextos, mas também as dinâmicas religiosas que atravessam fronteiras em um mundo globalizado. Alguns países da região aparecem como *loci* principais de pesquisa em um número maior de artigos: Argentina (5), México (4) e Brasil (4). Também são analisadas situações que acontecem na Colômbia (2), no Chile (1), na Costa Rica (1), no Equador (1), no Peru (1) e no Uruguai (1). Além disso, há capítulos que abordam mais de um país, como o de Heinrich Wilhelm Schäfer, “Laicismo, ética y poder religioso-político: comparación de condiciones y estrategias”, que compara as formas de atuação de lideranças religiosas evangélicas no Brasil, na Guatemala, no México, na Colômbia e nos Estados Unidos, e o de Roberto Blancarte, “Dinámicas deslaicizantes y procesos secularizadores en contextos populistas”, em que o autor argumenta, citando países latino-americanos como Argentina, Chile, Cuba e México, entre outros ao redor do mundo, que secularização e laicidade não são o mesmo e se relacionam de formas diferentes em cada caso.

Também as dinâmicas entre países e a transnacionalização de determinados processos podem ser observados. Em “Evangélicos, política y poder en la Argentina reciente: de la contingencia a las fijaciones”, Pablo Semán mostra a influência do resultado das eleições brasileiras de 2018 no aumento da participação política de lideranças evangélicas nas eleições de 2019 na Argentina. As mesmas eleições brasileiras são analisadas no capítulo de Ronaldo Almeida intitulado “Dios por encima de todos: evangélicos y la elección de Bolsonaro”. Por sua vez, como expõe María del Rosario Ramírez Morales em “Entre el verde y el azul: derechos y antiderechos en la arena pública latinoamericana”, a discussão sobre a despenalização do aborto que aconteceu na Argentina em 2018 influenciou o debate e a atuação tanto de movimentos feministas quanto de ativismos conservadores que se autodenominam “pró-vida” em outros países da América Latina, como o México. Outro caso importante de transnacionalização é apresentado no texto “Juridificación reactiva: la re-cristianización a través del derecho”, de Juan Marco Vaggione, que mostra como, a partir do incentivo da Igreja Católica, multiplicou-se em diversos países a atuação estratégica de grupos religiosos contra os direitos sexuais e reprodutivos por meio do sistema de justiça, sobretudo a partir dos anos 1990.

Ademais, o livro apresenta uma reflexão importante sobre a “crítica conceitual à ideia de secularização” (:21), sistematizada pelos organizadores na introdução. Em vez de tratar a força da presença do sagrado – que varia de acordo com contextos históricos e territoriais – como um “retorno da religião” ao espaço público ou uma “secularização incompleta”, a abordagem dos autores a entende como “arreglo social en que la religión en general y las religiones en particular son parte de las más diversas tentativas de construcción del orden político, de la atribución de derechos y del reconocimiento de subjetividades” (:21). De la Torre e Semán enfatizam, assim, o argumento de Casanova, nos anos 1990, de que a religião teve historicamente e segue tendo uma influência importante no espaço público de variadas formas.

Se a secularização varia de acordo com os contextos, as formas de atuação religiosa no espaço público também variam. As expressões apresentadas no plural no título do livro – “religiões” e “espaços públicos” – chamam a atenção para a pluralidade e abrangência desses termos enquanto conceitos e realidade empírica. Em relação ao termo “religiões”, como os organizadores apresentam na introdução, a escolha dos/as pesquisadores/as que contribuem com a coletânea tinha como objetivo apresentar a diversidade da atuação religiosa no espaço público em ao menos dois sentidos. Em primeiro lugar, visibilizando a atuação de agentes e formas de ativismos menos estudados, como os relacionados a “espiritualidades alternativas” ou “holísticas”, agrupadas em estudos acadêmicos sob o rótulo de “Nova Era”, ou “cosmovisões com raízes indígenas ou nativas” (:13). Em segundo lugar, apresentando perspectivas classificadas como “progressistas” ou “de esquerda”, também pouco enfatizadas nos debates acadêmicos atuais na América Latina, que privilegiam a atuação conservadora de grupos religiosos, sobretudo evangélicos e católicos.

A amplitude de temas é reflexo também das mudanças religiosas na América Latina em que, “Si antes el catolicismo era elemento de unidad cultural nacional y una particularidad de su identidad histórica, en el presente se experimenta un campo religioso en recomposición que erosiona el status monopólico del catolicismo” (:24). A desnaturalização dessa identidade histórica é acompanhada da diminuição do número dos que se definem como católicos e do crescimento dos evangélicos nos últimos vinte anos, um conjunto muitas vezes apresentado como homogêneo, mas que se constitui a partir de uma heterogeneidade de denominações, correntes teológicas e formas de atuação pública. Aos grupos cristãos se somam outras religiões, como as de matriz africana, cosmovisões indígenas, além de espiritualidades não-institucionalizadas.

Já os “espaços públicos”, outro termo apresentado no plural, são entendidos como aqueles “donde las religiones luchan permanentemente por la redefinición del reconocimiento ciudadano, la definición de la representación política, de los derechos humanos (restringidos o ampliados) y de su influencia en algunas áreas estrategias del que hacer legal y social” (:13-4), englobando mais de um significado. A política formal (poderes executivo, legislativo e judiciário), por exemplo, é analisada nos capítulos de Roberto Blancarte, Heinrich Schäfer, Ronaldo Almeida, Pablo Semán e Juan Marco Vaggione. De outro modo, a regulação do religioso por políticas públicas e projetos de lei aparece em “Costa Rica: ¿Apertura de un umbral de laicización impulsado por el pluralismo religioso?”, de Laura Fuentes Belgrave, sobre as definições constitucionais de laicidade.

Outra perspectiva é a do espaço público enquanto território de ação de agentes religiosos, na qual as questões da visibilidade, das performances, dos símbolos e dos monumentos ganham proeminência. Enfatizando a abordagem material dos estudos de antropologia e de religião, Emerson Giumbelli, em “Santuarios y monumentos: el catolicismo como religión pública en Brasil”, toma o espaço público não como sinônimo de esfera pública onde são travadas controvérsias discursivas, mas a partir de sua dimensão física e material. Verónica Giménez Belivéau, ao analisar os usos do espaço público por católicos identificados com a esquerda no texto “Marchar con ‘el pueblo’, honrar la memoria de los mártires: los católicos ‘a la izquierda’ y el espacio público en Argentina”, observa lugares em que “o povo vive” e que “ocupa”: os bairros, as praças e as ruas. Em direção semelhante, os espaços de atuação de evangélicos e católicos estudados por Rolando Pérez em “La protesta religiosa contestataria. Apro-

piaciones de lo público desde el (neo) progresismo religioso” são as áreas das comunidades atingidas pelos projetos de mineração no Peru, em que os religiosos atuavam não em nome de suas perspectivas morais, mas a partir da defesa dos direitos dos grupos atingidos e da cidadania.

Alguns artigos apontam também para a presença religiosa em espaços em que a sociedade civil costuma atuar em associação com o Estado, como atividades de espiritualidade “Nova Era” nos presídios na Argentina, como mostra-nos Nicolás Viotti em “Reflexiones sobre espiritualidad holística, prisiones y esfera pública en Argentina”, e as práticas e os discursos de laicidade nas escolas, mote do texto “Modelos de convivencia en transición: la escuela pública y la diversidad religiosa en México”, de Cristina Gutiérrez Zúñiga. A contribuição de Rodrigo Toniol, “Políticas de la espiritualidad”, por sua vez, aborda como a espiritualidade entra na saúde pública como terapia a ser acessada pelos pacientes e como prática legítima de ser estudada pelas ciências biomédicas.

Embora a mídia e as redes sociais sejam na América Latina espaço importante de atuação de agentes religiosos, e apesar de serem citadas ao longo do livro em articulação com outras formas de atuação pública, como no capítulo de Ronaldo Almeida, elas aparecem como tema central apenas no texto de Renée de la Torre. A autora observa um crescimento do uso de símbolos e rituais religiosos na política mexicana, num cenário de “videocracia”, entendida como o poder cada vez maior das imagens e da mediação do espetáculo como recursos políticos. Interessante observar que o México é talvez o único país da América Latina que estabelece limitações legais à gestão de veículos de radiodifusão por agentes religiosos, seguindo a tendência laicizante de seu Estado.

O livro convida também a “abandonar la idea de que existe un solo modelo de laicidad” (:36) e a considerar seu caráter contextual, em que uma mesma nação pode passar por diferentes formas de relação entre Estados/igrejas/sociedade civil ao longo de sua história. Em uma formulação interessante, os organizadores assinalam que o debate sobre laicidade, pluralidade e diversidade religiosas exige pensar não apenas no reconhecimento e trato igualitário pelo Estado das diferentes religiões, mas também no “reconocimiento de la pluralidad de conciencia que demanda también la pluralidad de género, racial y étnica” (:39). Embora a perspectiva interseccional não seja aprofundada, podemos a partir da leitura apontar para a necessidade das pesquisas em antropologia da religião de abarcarem as questões de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia e de classe na compreensão da importância das práticas religiosas na sociedade.

Falando especificamente da questão de gênero e de sexualidade, a obra nos permite observar que a atuação do conservadorismo religioso na América Latina nas últimas décadas tem entre seus aspectos centrais a reação contra direitos conquistados por mulheres e população LGBTQIA+. Juan Marco Vaggione, no texto já citado, e Maria das Dores Campos Machado, em “El neoconservadurismo cristiano en el Brasil contemporáneo”, chamam essa forma de atuação que aglutina diferentes setores conservadores da sociedade de neoconservadorismo. Como observa José Casanova no epílogo, a questão da moral sexual e da igualdade de gênero é uma das mais relevantes das últimas décadas, tanto prática como analiticamente.

Nesse sentido, uma parte do livro dedica-se a apresentar as alianças do conservadorismo religioso contra o que a Igreja Católica e grupos evangélicos chamaram de forma eficaz de “ideologia de gênero”: os textos de Vaggione, de Morales e de Campos Machado, além do de Karina Barajas intitulado

“Antagonismos en el espacio público en torno a la ‘ideología de género’: expresiones del neoconservadurismo católico y evangélico en México”, discutem como essa atuação tem se dado em contextos específicos, respectivamente na Argentina, no Brasil e no México. Mas o tema aparece de forma subsidiária em diversos outros capítulos, o que indica a sua relevância. Laura Belgrave fala das alianças católico-evangélicas em “defesa da vida” contra direitos sexuais e reprodutivos em seu texto sobre a laicidade na Costa Rica; Cristina Zúñiga indica como recente o impacto do debate político sobre “ideologia de gênero” nas escolas públicas mexicanas; William Mauricio Beltrán y Sonia Patricia Larotta, no texto “Religión y política en Colombia: aproximación cuantitativa”, mostram a forma como o “enfoque em gênero” influenciou o voto de pentecostais contra o Acordo de Paz no plebiscito realizado na Colômbia em 2016; e Ronaldo Almeida apresenta o pânico moral por uma suposta ameaça à família tradicional espalhado pela campanha vitoriosa de Jair Bolsonaro no Brasil.

Além de dar uma grande contribuição para uma visão panorâmica dos principais temas relativos à presença das religiões nos espaços públicos na América Latina e de colaborar com o debate conceitual sobre secularização e laicidade, a obra inspira outras abordagens. Ao chamar a atenção para a importância das pesquisas empíricas para a compreensão de fenômenos complexos, podemos vislumbrar outros objetos e temas, como a presença pública de religiões minoritárias não apresentadas no livro, como as religiões de matriz africana, a atuação religiosa nas mídias, nas redes sociais e por meio de bens culturais, assim como a percepção dos praticantes, crentes ou fiéis, muitas vezes excluídos das análises acadêmicas.

Olivia Bandeira é doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Integra o Laboratório de Antropologia da Religião (LAR) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Grupo de Estudos em Gênero, Religião e Política (GREPO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

RECEBIDO: 01/10/2021

APROVADO: 21/12/2021

PUBLICADO: 27/06/2022



Este é um material publicado em acesso aberto sob a licença *Creative Commons BY-NC*